



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 32/2021-FSPDF-SSP, nos termos do Padrão nº 03/2002, instituído pelo Decreto/DF nº 23.287/2002 de 17 de outubro de 2002.

00050-00002290/2021-82

SIGGO nº 43706

CLÁUSULA PRIMEIRA - Das Partes

O DISTRITO FEDERAL, por meio do FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica da Receita Federal sob o nº 33.158.099/0001-03, representada por JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.493.768-SSPDF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob o nº 793.658.681-49, na qualidade de Secretário da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e Presidente do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal (Decreto nº 32.598, de 15/12/2010), e a empresa ANTONIETA CURSOS E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA, com sede na Unidade Administrativo: SHIS, QI 29, Comércio Local, Bloco "C", Sala 67, Lago Sul – Brasília-DF, CEP: 71.675-510, Telefone:(61) 3367-5528 / (61) 3367-0280, email: curso@professoraantonietta.com.br, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal sob o nº 09.375.180/0001-60, doravante denominada Contratada, representada por ANDRE PEREIRA VIEIRA, portadora da Cédula de Identidade nº 2.065.929 SSP-DF, inscrita no Cadastro de Pessoa Física da Receita Federal sob o nº 704.440.991-15, na qualidade de representante, resolve firmar o presente Contrato de acordo com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos das Propostas da Empresa (59830119 / 59830518 / 59830747 / 59830970 / 59831209) Projeto Básico - SSP/SEGI/SUAG/COPLAN/GEAP/NUAQ (59732759); da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (59732888) inciso II, do art. 25 c.c inciso VI, do art. 13, ambos da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto

O Contrato tem por objeto é a contratação de empresa especializada para ministrar cursos de curta duração com aulas online ao vivo, (Curso Completo de Licitações e Contratos, com Abordagem em Todas as Formas de Licitar, Curso de Sanções Administrativas nos Contratos Administrativos, Curso de Formação e Capacitação de Pregoeiro com o novo decreto nº 10.024/2019, Curso de Sistema de Registro de Preços e o Curso de Contratação Direta sem Licitar), com uso de recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública - Eixo de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, visando atender demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, consoante especifica o Projeto Básico - SSP/SEGI/SUAG/COPLAN/GEAP (59732759); a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (59732888), Propostas de Empresa (59830119 / 59830518 / 59830747 / 59830970 / 59831209), independente de transcrição que passam integrar o presente Termo.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	Quantidade de vagas	VALOR INDIVIDUAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para ministrar "Curso Online Ao Vivo Completo de Licitações e Contratos, com Abordagem em Todas as Formas de Licitar, Contratar, com Carga Horária de 25 horas. Data de Local de Realização: Data: 28 de junho a 2 de julho de 2021 Horário: 08:00 às 13:00hs Local: Transmissão online Ao Vivo.	25	R\$ 680,00	R\$ 17.000,00
2	Contratação de empresa especializada para ministrar "Curso Online Ao Vivo de Sanções Administrativas nos Contratos Administrativos", com carga horaria de 15 horas. Data de Local de Realização: Data: 7 a 9 de junho de 2021 Horário: 08:00 às 13:00hs Local: Transmissão online Ao Vivo.	5	R\$ 1.112,00	R\$ 5.560,00
3	Contratação de empresa especializada para ministrar "Curso online Ao Vivo de Formação e Capacitação de	10	R\$ 1.192,00	R\$ 11.920,00

	Pregoeiro com o novo decreto nº 10.024/2019 com Carga Horária de 20 horas/aulas ao vivo. Data de Local de Realização: Data: 22 a 25 de junho de 2021 08:00 às 13:00hs Local: Transmissão online Ao Vivo.			
4	Contratação de empresa especializada para ministrar “Curso online Ao Vivo de Sistema de Registro de Preços”, com Carga Horária de 10 Horas. Data de Local de Realização: Data: 5 e 6 de julho de 2021 Horário: 08:00 às 13:00hs Local: Transmissão online Ao Vivo.	10	R\$ 1.080,00	R\$ 10.800,00
5	Contratação de empresa especializada para ministrar “Curso Online Ao Vivo de Contratação Direta sem Licitar”, com Carga Horária de 15 Horas. Data de Local de Realização: Data: 7 a 9 de julho de 2021 Horário: 08:00 às 13:00hs Local: Transmissão online Ao Vivo.	10	R\$ 1.112,00	R\$ 11.120,00
TOTAL ESTIMADO				R\$ 56.400,00

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos artigos 6º e 10º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - Do Valor

O valor total do Contrato é de R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais), devendo a importância ser atendida à conta de dotação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei nº 6.778 de 06/01/2021, compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei nº 6.664 de 03/09/2020, e com o Plano Plurianual - PPA de 2020/2023.

CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária

6.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 24909;

II - Programa de Trabalho: 06.181.6217.4220.0010;

III - Natureza da Despesa: 3.3.90.39;

IV - Fonte de Recurso: 392;

V - Unidade Gestora: 220909

VI - Gestão: 22909

6.2 - O valor total empenhado é de R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais), conforme Nota de Empenho nº 2021NE00048 (63010160), emitida em 31 de maio de 2021, sob o evento 400091, na modalidade ordinário.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Pagamento

7.1 O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor e Suplente do Contrato.

7.1.1 A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU - Plenário);

7.1.2 As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial (item 7.1.1, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

7.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - FSPDF, inscrito no CNPJ/MF nº 33.158.099/0001-03,

7.3 Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

7.3.1 Prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.3.2 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/1990);

7.3.3 Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

7.3.4 Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

7.4 Os pagamentos, pela FSPDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011), exceto:

7.4.1 Os pagamentos às empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

7.4.2 Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou Contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

7.4.3 Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

7.5 Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

7.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência desde a sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

Fica a empresa dispensada de apresentar a garantia para a execução do Contrato, conforme previsão constante da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (59732888), Ratificação de Inexigibilidade (63010214) Propostas de Empresa (59830119 / 59830747 / 59830518 / 59830970, 59831209) .

CLÁUSULA DÉCIMA - Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal, sem prejuízo do estabelecido no Termo de Referência:

11.1.1. até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

11.1.2. comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Alteração Contratual

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Penalidades

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Contrato, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Executor

O Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia deste Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Do foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo DISTRITO FEDERAL:**JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA**

Secretário da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

Presidente do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal

Pela CONTRATADA:**ANDRÉ PEREIRA VIEIRA**

Representante Legal

Testemunhas:**MARISTELA PEREIRA DE MOURA E SILVA**

CPF: 795.377.071-72

MARINA VERAS PINTO

CPF: 037.032.411-01



Documento assinado eletronicamente por **MARISTELA PEREIRA DE MOURA E SILVA - Matr.1686058-6, Gerente de Contratos**, em 01/06/2021, às 17:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARINA VERAS PINTO - Matr.1702958-9, Chefe do Núcleo de Acompanhamento, Revisões e Penalidades**, em 01/06/2021, às 17:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEREIRA VIEIRA, Usuário Externo**, em 01/06/2021, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JULIO DANILO SOUZA FERREIRA - Matr.1698370-X, Secretário(a) de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal**, em 01/06/2021, às 19:40,



conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **63124548** código CRC= **88A612EB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro Setor de Administração Municipal - CEP 70620-000 - DF

00050-00002290/2021-82

Doc. SEI/GDF 63124548